UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS VI - POETA PINTO DO MONTEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS: UM ESTUDO NO CARIRI OCIDENTAL DA PARAÍBA NO ANO DE 2011.

JOSÉ DIAS DOS SANTOS JÚNIOR

Monteiro - PB
2012

JOSÉ DIAS DOS SANTOS JÚNIOR

O MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS: UM ESTUDO NO CARIRI OCIDENTAL DA PARAÍBA NO ANO DE 2011.

Trabalho de Conclusão de Curso Apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Graduado.

Orientadora: Profª. Ms. Ilcleidene Pereira de Freitas

Monteiro – PB

2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL – CAMPUS VI

S237m SANTOS JÚNIOR, José Dias dos.

O mercado financeiro e de capitais: um estudo no cariri ocidental da Paraíba no ano de 2011[manuscrito] /José Dias dos Santos Júnior. – 2012.

57f. il. Color.

Digitado

TAO (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2012.

"Orientação: Profª Ms. Ilcleidene Pereira de Freitas, UEPB, Campus VI".

1.Mercado Financeiro e de Capitais. 2.Cariri Ocidental da Paraíba 3.Instituições Financeiras. I. Título.

21. ed. CDD 332.6

JOSÉ DIAS DOS SANTOS JÚNIOR

O MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS: UM ESTUDO NO CARIRI OCIDENTAL DA PARAÍBA NO ANO DE 2011.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Humanas e Exatas da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Ciências Contábeis.

Aprovada em 21 de Junho de 2012

Profª. Ms. Ilcleidene Pereira de Freitas
Universidade Estadual da Paraíba

Prof. Ms. Gilberto Franco de Lima Júnior – Examinador I
Universidade Estadual da Paraíba

Profª. Ms. Cristiane Gomes da Costa – Examinadora II
Universidade Estadual da Paraíba

Dedico este trabalho à minha família e a minha noiva que sempre me apoiaram nesta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pelo dom da vida, pela conclusão de um curso superior de ensino, e pelas experiências vividas, que me proporcionaram momentos de alegria, confiança e de lutas, se tornando para mim, elementos indispensáveis para alcançar sabedoria e conhecimento.

Aos meus pais: José Dias dos Santos, *in memorian*, e Maria de Lourdes da Silva Santos, pelo esforço na minha educação e pelo testemunho de vida familiar.

Ao meu irmão caçula Lucas Manoel, pelo seu amor e carinho, que me faz sentir responsável pelo seu crescimento, levando-me a seguir sempre de maneira coerente com os meus valores.

Não posso deixar de agradecer aos meus avós maternos e paternos, e aos meus tios e tias, pela grande contribuição, acolhimento e apoio incondicional durante todo o curso.

Como também agradeço a minha noiva Jaina Farias, pela força, compreensão e cumplicidade, nesta fase que passamos juntos, experimentando paralelamente a rotina acadêmica.

A Éden Duarte, Josinaldo Viana e Tanniery Lêla, que integram o escritório de contabilidade ASCON – Assessoria Contábil, na cidade de Sumé/ PB, no qual estagiei durante determinado período. Obrigado pela oportunidade, paciência, disposição e pelos conhecimentos adquiridos.

Aos meus primos e amigos, pelas orações a mim oferecidas e pela força quando precisei tomar determinadas decisões.

A professora Ilcleidene, pela paciência e disponibilidade em suas orientações, e pela troca de experiência para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos colegas que participaram do projeto de extensão, o qual foi a base da minha monografia.

Aos meus colegas da academia, pelo companheirismo e acolhimentos comigo e com os demais. Em especial, minhas colegas de Sumé, e aos inesquecíveis *Panguas* (Joelson Bezerra, José Fagner, José Gomes e Wilton Alexandre).

A todos os Professores pelos ensinamentos, dedicação e ajuda durante todo esse percurso.

À Coordenação, pelas orientações prestadas sempre que eu precisei.

A todos: Muito obrigado!

Não perca a força e o sonho,
Não deixe nunca de acreditar,
Que tudo vai acontecer.

Eduardo Faro

RESUMO

O mercado financeiro e de capitais tem sua relevância cada vez maior no ambiente econômico brasileiro e mundial. As pessoas físicas e jurídicas estão preocupadas em aplicar melhor seus recursos e a demanda para conhecer o mercado para a tomada de decisões aumenta a cada dia. Neste contexto, percebe-se que o mercado financeiro e de capitais é um mecanismo de grande relevância para o desenvolvimento da economia, pois traz benefícios diretos para os agentes econômicos, aumentando as opções de financiamento e reduzindo seus custos. Nesse sentido, a pesquisa foi realizada na região do Cariri Ocidental da Paraíba, tendo como objetivos mapear esses mercados e verificar se o desenvolvimento da região está sendo impulsionada pelos agentes econômicos. Buscou-se também, traçar o perfil das instituições financeiras, apontando os problemas enfrentados pelas mesmas na região. Para tanto foi realizado um estudo exploratório-descritivo, utilizando para a análise dos dados questionários e entrevistas, assim como a pesquisa bibliográfica e virtual. No tocante ao mercado financeiro, os resultados apontaram que a ausência de informações pertinentes dos agentes superavitários, e a falta de bancos comerciais em determinados municípios constitui-se num entrave para o crescimento e desenvolvimento econômico da região como um todo. Além disso, a Microrregião do Cariri Ocidental da Paraíba necessita também de incentivos dos órgãos público para os agentes deficitários, a fim de que se possa alavancar o crescimento. Quanto ao mercado de capitais, foi constatado que o mesmo não é solido, uma vez que, as empresas não optam em abrir seu capital, por se tratar de micro e pequenas empresas. E as pessoas físicas não possuem conhecimento sobre este tipo de mercado para investir nos títulos disponíveis no mercado.

PALAVRAS-CHAVE: Mercado Financeiro e de Capitais. Cariri Ocidental da Paraíba. instituições financeiras.

ABSTRACT

The financial and capital market has its relevance increasing in the Brazilian and global economic environment. Individuals and legal entities are concerned about better applying their resources and the demand of knowing the marketplace for making decisions increases every day. In this context, we notice that the financial and capital market is a very important mechanism for the economic development, as it brings direct benefits to the economic agents, by increasing the financing options and reducing its costs. In this sense, the research was performed in the region of Cariri Ocidental in Paraíba, having as objectives mapping these markets and verifying if the development of the region is being pushed by the economic agents. We also attempted to trace the profile of the financial institutions, pointing the problems faced by them in the area. For that, a descriptive-exploratory study was accomplished, using interviews and questionnaires for the data analysis, as well as the bibliographic and virtual research. Regarding the financial market, the results pointed that the absence of appropriate information of the surplus agents and the absence of commercial banks in certain municipalities constitutes an obstacle to the economic growth and development of the region as a whole. Besides that, the Microrregião of Cariri Ocidental in Paraíba also needs incentives from public agencies for the deficit agents, so that growth can leverage. As regards the capital market, we verified that it is not solid, once the enterprises do not choose to open their capital, since these are micro and small enterprises. And the individuals do not possess knowledge about this kind of market for investing in the securities available in the marketplace.

KEY WORDS: Financial and Capital Market. Cariri Ocidental in Paraíba. financial institutions.

LISTA DE SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
BB	Banco do Brasil S.A.
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAGEPA	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
CEF	Caixa Econômica Federal
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
FGTS	Fundo de Garantia de Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia

SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SUMOC	Superintendência da Moeda de Crédito
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cariri Ocidental da Paraíba 28

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de Instituições Financeiras Bancárias 37
Gráfico 2 - Meio utilizado para transação do numerário 41
Gráfico 3 - Periodicidade da transação 42
Gráfico 4 - Volume médio transacionado 43
Gráfico 5 - Percentual em caixa após transferência do capital 44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - População e área territorial por municípios em 2010 29
Quadro 2 - Número de empresas por municípios em 2012 32
Quadro 3 - PIB dos setores de cada município em 2009 33
Quadro 4 - Instituições Financeiras Bancárias nos municípios 38
Quadro 5 - Praças financeiras 39
Quadro 6 - Número de correspondentes bancários 46
Quadro 7 - Número de bancos de financiamento 47

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12
CAPÍTULO I 14
1. REFERENCIAL TEÓRICO 14
1.1. SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL - SFN 14
1.1.1. A Evolução Histórica do SFN 15
1.1.2. A Estrutura do SFN 16
1.2. MERCADO DE CAPITAIS 22
1.2.1. Estrutura do Mercado de Capitais 22
1.3. MERCADO FINANCEIRO 24
1.3.1. Classificação do Mercado Financeiro 25
1.3.2. Participantes do Mercado Financeiro 26
1.3.3. Ativos Financeiros 26
CAPÍTULO II 28
2. CARACTERIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO DO CARIRI OCIDENTAL DA PARAÍBA 28
CAPÍTULO III 35
3. O MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS NO CARIRI OCIDENTAL DA PARAÍBA 35
3.1. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BANCÁRIAS 36
3.2. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NÃO-BANCÁRIAS 45
CONSIDERAÇÕES FINAIS 49
REFERÊNCIAS 52
APÊNDICE 54
APÊNDICE A - Questionário 54
APÊNDICE B - Entrevista 57

INTRODUÇÃO

O mercado financeiro e de capitais tem sua relevância cada vez maior no ambiente econômico brasileiro e mundial. As pessoas físicas e jurídicas estão preocupadas em aplicar melhor seus recursos e a demanda para conhecer o mercado para a tomada de decisões aumenta a cada dia.

Segundo Pinheiro (2008), o mercado financeiro é conceituado como uma ferramenta com a finalidade de produzir um intercâmbio de ativos financeiros e determinar seus preços, onde tal intercâmbio está na relação dos agentes superavitários e deficitários, pois o primeiro é responsável por financiar as necessidades do segundo. Com isso, pode-se afirmar que o mercado financeiro transfere as poupanças dos agentes superavitários para os deficitários de uma economia.

Neste contexto, percebe-se que o mercado financeiro e de capitais é um mecanismo de grande relevância para o desenvolvimento da economia, pois traz benefícios diretos para os agentes econômicos, aumentando as opções de financiamento e reduzindo seus custos.

A escolha do período em questão para este trabalho (2011) dar-se pelo fato de que na década de 80 os bancos, baseando-se em processo de concentração bancária, partiram para a conglomeração, processo que desembocou na criação dos bancos múltiplos, em 1988 (VASCONCELOS; GREMAUD; TOLEDO JÚNIOR, 2007), os quais se fazem presentes em apenas alguns municípios do Cariri Ocidental da Paraíba.

Deste modo, o crescimento e desenvolvimento da região dependem do intercâmbio entre os agentes econômicos, estando sujeito a transferência de recursos das unidades superavitárias até as unidades deficitárias. Para tanto, o planejamento do desenvolvimento regional pressupõe a geração de informações úteis para a deliberação e escolha de alternativas viáveis. Nesse sentido, a ausência de informações quanto ao mercado financeiro e de capitais leva os agentes econômicos superavitários e deficitários a buscarem praças financeiras em outros municípios, dificultando assim o desenvolvimento da respectiva cidade.

Neste aspecto, o estudo busca mapear a formação do mercado financeiro e de capitais no Cariri Ocidental da Paraíba e examinar em quais bases tal setor vem se desenvolvendo, uma vez que, o crescimento/desenvolvimento depende necessariamente de agentes superavitários que estejam aptos e dispostos a financiar os agentes deficitários. Assim como delinear o perfil das instituições financeiras presentes nos dezessete municípios que compõem a microrregião, diagnosticar os principais problemas enfrentados pelas instituições financeiras e identificar as

causas que levaram ao fechamento de instituição bancárias na região.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, foi realizado um estudo exploratório-descritivo, analisando as particularidades das cidades que formam a região a ser estudada, através de questionários, entrevistas, utilizando ainda a pesquisa bibliográfica e virtual.

O trabalho encontra-se dividido em três capítulos. O primeiro aborda o referencial teórico, no qual conceituou e descreveu sobre o Sistema Financeiro Nacional, o mercado de capitais e o mercado financeiro. O segundo capítulo foi responsável por caracterizar a região do Cariri Ocidental Paraibano. E o terceiro capítulo mapeia e analisa o mercado financeiro e de capitais, como também as instituições financeiras presentes na região.

CAPÍTULO I

1. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, discorrer-se-á sobre o Sistema Financeiro Nacional, o mercado de capitais e o mercado financeiro, realizando um breve retrospecto da origem do Sistema Financeiro, além de realizar uma exposição da sua estrutura, classificando as suas principais instituições e descrevendo a função de cada uma.

O capítulo também tratará de conceituar o mercado financeiro e de capitais, indicando a sua importância na economia, suas características e seus participantes, assim como, explanar a maneira mais clara de classificar estes tipos de mercado, uma vez que, não é tarefa fácil realizar tal procedimento.

1.1. SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL – SFN

Com a reforma financeira entre os anos de 1964 e 1966, é que se pode falar em um sistema financeiro moderno no Brasil, pois o sistema que vigorava no país desestimulava a poupança e a intermediação financeira, ou seja, o sistema antecedente tinha suas limitações por causa de diversas restrições existentes na época, pode-se citar como exemplo: a Lei da Usura em 1933, que determinava em 12% a.a. as taxas de juros nominal de modo fixo, que se somado com a alta inflação da época foi responsável por desestimular a poupança e a intermediação financeira (VASCONCELOS, GREMAUD, TOLEDO JÚNIOR, 2007).

O período citado pode ser mencionado como um impulso para o sistema financeiro no país, através das suas reformas introduzidas. Diante das reformas executadas para o desenvolvimento do sistema financeiro do país, Vasconcelos, Gremaud, Toledo Júnior (2007, p.597) relatam que:

> As precondições para o desenvolvimento do sistema financeiro no Brasil foram a eliminação da Lei da Usura e a introdução do mecanismo da correção monetária, que permitiu a prática de juros reais positivas, como forma de estimular o direcionamento dos recursos para as aplicações financeiras.

Em meio a este contexto, surge o Sistema Financeiro Nacional - SFN, constituído por um conjunto de instituições financeiras de origem públicas ou privadas, que funcionam como instrumento responsável por interligar os agentes demandadores de recursos financeiros e àqueles capazes de investir capital, sendo que desta interação há o financiamento do crescimento econômico (ASSAF NETO, 2008).

Para corroborar, Pinheiro (2008) define o SFN de um país como um conjunto de instituições, instrumentos e mercados reunidos de maneira sincronizada, que possuem como finalidade intermediar o fluxo de recursos entre os agentes superavitários e os agentes deficitários. Os agentes superavitários são os geradores de poupança, aqueles cuja renda é superior aos seus gastos, enquanto os agentes deficitários são os tomadores de recursos, em que seus dispêndios são superiores a sua renda.

A estrutura deste sistema possui características particulares, provenientes do seu próprio desenvolvimento histórico, pois segundo Brito (2005), com o fim da Segunda Guerra Mundial, em decorrência das alterações notadas na atividade econômica, o governo brasileiro percebeu a necessidade de instituir um órgão especial para assumir as questões normativas de caráter monetário e creditício, que eram exercidas pelo Banco do Brasil. Sendo assim, em 1945 nasceu a Superintendência da Moeda de Crédito (SUMOC), com a função de supervisionar e controlar o mercado monetário, dividindo com o Banco do Brasil as demais tarefas executivas de autoridade monetária.

1.1.1. A Evolução Histórica do SFN

Apesar de já existirem há mais de cem anos os bancos, as caixas econômicas, as bolsas de valores e outras instituições, apenas em 1945 foi instituída a SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito, que tinha o papel de formular a política da moeda e do crédito, e de cuidar da coordenação e da fiscalização dos bancos.

Em 1952 foi criado o atual Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com a finalidade de fornecer créditos de longo prazo; posteriormente, na década de 60 com a Reforma Bancária, de acordo com Ferreira (2011), ocorreu à criação do Conselho Monetário Nacional, a transformação da SUMOC no Banco Central do Brasil, e a formação

original do SFN, constituído pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central da República do Brasil (atual Banco Central do Brasil), Banco do Brasil, o atual BNDES e demais instituições públicas e privadas. E entre 1964 e 1965 a criação do Sistema Financeiro de Habitação – SFH, tendo como operador central o Banco Nacional de Habitação (BNH).

Ao final da década de 70, surgiu a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que também faz parte do SFN, com o objetivo principal de fiscalizar e regulamentar o mercado de títulos e valores de renda variável; e no ano 1988, segundo Brito (2005) foi autorizada a constituição dos Bancos Múltiplos, visando à consolidação de diversas atividades financeiras em uma só empresa, como banco de investimento, financeira, arrendamento mercantil e crédito imobiliário, por meio da Resolução 1.524/1988. O mesmo autor relata que em 2002, iniciou um novo sistema de pagamentos brasileiros, onde reduziu o risco de liquidação financeira das transações bancárias, transferindo para o setor privado risco de crédito do Banco Central com instituições financeiras que apresentavam saldo negativo na conta de reservas bancárias.

1.1.2. A Estrutura do SFN

A estrutura do atual Sistema Financeiro Nacional e seu funcionamento é dirigida pelas seguintes leis, de acordo Toledo Filho (2006), Vasconcelos, Gremaud, Toledo Júnior (2007):

1 Lei nº 4.595, de 31.12.1964, chamada Lei da Reforma Bancária;
2 Lei nº 4.380, de 21.08.1964, criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH);
3 Lei nº 4.728 de 14.07.1965, chamada Lei do Mercado de Capitais.

Sobre a divisão do SFN, Brito (2005, p.4) afirma que, "a estrutura do sistema financeiro nacional pode ser dividida em autoridades monetárias, normativas e fiscalizadoras, instituições financeiras públicas e instituições financeiras privadas".

A) Autoridades Monetárias: são os órgãos que determinam as normas, controlando o volume de moeda em circulação da economia (FERREIRA, 2011). São os responsáveis pela normatização e desempenho das operações de emissão de moeda. São eles:

I. Conselho Monetário Nacional

É o órgão supremo do Sistema Financeiro Nacional, criado pela Lei nº 4.595, constituído

pelo presidente do Banco Central, da CVM, pelos secretários do Tesouro Nacional e de Política Econômica do Ministério da Fazenda, e pelos diretores de Política Monetária. De acordo com Toledo Filho (2006), tem por competência decretar a política da moeda e do crédito em todos os aspectos, buscando o crescimento econômico e social do país. O CMN funciona como um núcleo da economia brasileira e supervisiona as políticas monetárias, cambial, de capital estrangeiro, de comércio exterior, de investimento e fiscal, conforme Brito (2005).

Suas principais competências, segundo Brito (2005) e Toledo Filho (2006) são:

- Adaptar o volume interno da moeda, corrigindo os surtos inflacionários e deficitários;
- regular o valor interno da moeda;
- manter o equilíbrio da balança de pagamentos do país;
- indicar a direção da aplicação dos recursos das instituições financeira públicas e privadas;
- coordenar as políticas monetárias, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública interna e externa;
- zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras;
- contribuir para o aperfeiçoamento das instituições financeiras e dos instrumentos financeiro.

II . Banco Central do Brasil

O Banco Central do Brasil é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda, é o órgão executivo central das normas estabelecidas pelo CMN, capaz de tomar decisões referentes a políticas macroeconômicas.

Trata-se de um banco cuja finalidade consiste em fiscalizar e disciplinar o mercado financeiro, como também definir regras, limites e condutas das instituições, ou seja, assim como o CMN, o Banco Central do Brasil, também exerce a função de fiscalização e de normatização no sistema financeiro nacional.

O Banco Central do Brasil é definido por Brito (2005, p.5) como “o agente executivo das decisões referentes a políticas macroeconômicas e disposições sobre o funcionamento do sistema financeiro”. O órgão é responsável de executar as normas estabelecidas pelo CMN.

O Bacen possui as seguintes atribuições, de acordo com Vasconcelos, Gremaud, Toledo Júnior (2007, p.599):

i. **controle da política monetária:** emitir papel-moeda, executar serviços de meio de circulação, realizar operações de *open market,* exercer controle do crédito, depositário das reservas das instituições financeiras, conceder empréstimos e realizar operações de redesconto para as instituições financeiras etc.;
ii. **banco dos bancos:** garantir a solvabilidade do sistema financeiro (as duas últimas funções do item anterior também se encaixam aqui), regular a execução dos serviços de compensação de cheques, fazer a regulação do sistema financeiro, autorizar e fiscalizar o funcionamento das instituições financeiras, inclusive estabelecendo condições para o exercício de cargos de direção nestas instituições etc.;
iii. **banco do governo:** administrador da dívida pública interna e externa, inclusive financiando o Tesouro Nacional quando necessário, administrador das reservas internacionais do país e representante junto às instituições financeiras internacionais.

B) Autoridades de Apoio: tanto podem ser entidades que agem como instituições financeiras, mas que contribuem junto com as autoridades monetárias para a política monetária, quanto podem ser instituições que normatizam a um setor específico (FERREIRA, 2011). São elas:

I. Banco do Brasil S.A. (BB)

O Banco do Brasil S.A. é uma instituição financeira brasileira, constituída na forma de sociedade de economia mista, com participação da União brasileira em 68,7% das ações. Sua origem foi no ano de 1808, com a vinda da família real portuguesa, com a finalidade de emitir moeda, uma vez que, as atividades comerciais aumentaram muito e passaram a demandar um meio circulante adequado.

É um banco comercial tendo como principais operações as mesmas de um banco comercial, que opera como agente financeiro do governo, ou seja, é o principal agente da política de crédito agrícola e industrial, como afirma Vasconcelos, Gremaud, Toledo Júnior (2007).

II. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

A Lei nº 1.628 de 1952, instituiu o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), o objetivo primordial da nova autarquia federal era ser o órgão formulador e executor da política nacional de desenvolvimento econômico (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2011).

O BNDE em seus primeiros passos investiu em infraestrutura, mas a criação de estatais aos poucos liberou o Banco a investir mais na iniciativa privada e na indústria. Na década de 60, o setor agropecuário, as pequenas e médias empresas passaram a contar com linhas de financiamento da autarquia. Nesta mesma época, o banco passou a descentralizar suas operações, abrindo escritórios regionais em algumas capitais e passou a atuar em parceria com rede de agentes financeiros credenciados espalhados pelo país (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2011).

Em 1971 o banco passou por uma transformação, se tornando uma empresa pública, a mudança gerou maior flexibilidade na contratação de pessoal, maior liberdade nas operações de captação e aplicação de recursos e menor interferência política. No início dos anos 80 o banco passou a se chamar Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

O BNDES é uma instituição financeira governamental, com a finalidade de conceder créditos de longo prazo para investimento e motivar a indústria nacional, promovendo o desenvolvimento dos diversos setores. Desde 1991 é o responsável pelas privatizações das estatais do país, pois oferece o suporte administrativo, financeiro e técnico do Programa Nacional de Desestatização.

III. Caixa Econômica Federal (CEF)

As Caixas Econômicas possuem por finalidade a concessão de economias populares para a obtenção da casa própria, fazendo parte do Sistema Financeiro Habitacional (SFH).

Em concordância com Toledo Filho (2006), a Caixa Econômica Federal é uma instituição pública de direito privado atrelada ao Ministério da Fazenda, que atua como agente financeiro dos programas oficiais de habitação e saneamento do Governo Federal, operando, inclusive, como sociedade de crédito imobiliário, com o objetivo de promover o acesso à moradia e conceder empréstimos e financiamentos de natureza social, em consonância com a política do Governo Federal. Além de administrar os serviços das loterias federais, atua como agente operador e principal arrecadador do FGTS, desempenha o monopólio das operações de penhor e realiza quaisquer operações e atividades negociáveis nos mercados financeiros, interno e externo.

No ano de 1931, a caixa econômica inaugurou as operações de empréstimo por consignação para pessoas físicas. Três anos depois, por decisão do Governo Federal, assumiu a exclusividade dos empréstimos sob penhor, com a consequente extinção das casas de prego operadas por particulares (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2011). E através do Decreto

Lei nº 759 de 1969, todas as caixas econômicas federais dos estados se unificaram, mas a efetivação ocorreu apenas em 1970, década onde a instituição se expandiu e se transformou em agente do Sistema Financeiro Habitacional, sucessora do Banco Nacional de Habitação (BNH).

A CAIXA, obteve afinidades com a população ao atender necessidades imediatas do povo brasileiro, como poupança, empréstimos, FGTS, o Programa de Integração Social (PIS), Seguro-Desemprego, crédito educativo, financiamento habitacional e transferência de benefícios sociais (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2011).

A CEF fornece alguns de seus serviços que são disponíveis em suas agências, através das Loterias Federais, além de realizar apostas de jogos com várias denominações, como loteria esportiva, loteria federal, mega-sena, entre outros.

IV. Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

É uma autarquia conectada ao Ministério da Fazenda, sob a direção do Conselho Monetário Nacional, operando de maneira normativa no mercado de capitais, com o objetivo principal de fiscalizar e regulamentar o mercado de títulos e valores de renda variável, buscando motivar o desenvolvimento da poupança e incentivar a capitalização das empresas tendo o público como participantes. Além de proteger os investidores, isto é, aqueles que possuem títulos de valores mobiliários, oferece segurança aos mesmos, e fiscaliza as instituições que atuam neste segmento do mercado.

A CVM tem a faculdade de disciplinar, normatizar e fiscalizar a atuação dos diversos membros do mercado, segundo Toledo Filho (2006), tal órgão registra e fiscaliza as companhias abertas, através de informações atualizadas; registra a envio de valores mobiliários; dar credenciais aos auditores independentes, administradores de carteiras, analistas e consultores de valores mobiliários; libera a constituição de bolsas de valores e sociedades corretoras; suspende ou cancela os registros, credenciamentos, autorizações e suspende a emissão, negociação e distribuição de valores mobiliários. Podendo mais, dentro das suas competências impor aos infratores de suas regras diversas penalidades como: advertências, multas, suspensão e inabilitação do exercício de cargo de administrador de companhia aberta, e suspensão ou cassação do registro para o exercício das atividades reguladas pela autarquia.

V. Instituições Financeiras

As instituições financeiras são as pessoas jurídicas, públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedades de terceiros. Equiparam-se às instituições financeiras as pessoas físicas que exerçam qualquer dessas atividades, de forma eventual ou permanente. E classificam-se, de acordo com Ferreira (2011, p.3) em:

1. **instituições financeiras bancárias**, que são autorizadas a captar recursos junto ao público sob a forma de depósito a vista, podendo por isso criar moeda escritural. São os Bancos Comerciais, as Caixas Econômicas, as Cooperativas de Créditos, os Bancos Cooperativos e os Bancos Múltiplos com Carteira Comercial;
2. **instituições financeiras não bancárias**, são aquelas não autorizadas a captar recursos sob a forma de depósito a vista. Exemplo, Bancos de Investimentos, Bancos Estaduais de Desenvolvimentos, Sociedades de Arrendamento Mercantil, Sociedades de Créditos, Financiamentos e Investimentos, Companhias Hipotecárias, Bancos Múltiplos sem Carteira Comercial;
3. **instituições do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos**, são aquelas autorizadas a captar recursos sob a forma de caderneta de poupança, cujos recursos são destinados principalmente ao financiamento habitacional. São as Sociedades de Créditos Imobiliários, Associações de Poupança e Empréstimos, Caixas Econômicas (Estaduais), Bancos Múltiplos com Carteira de Crédito Imobiliário;
4. **agentes especiais**, exercem empregos atípicos, diferenciadas das espécies aquém pertencem. Como o Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal, BNDES, Banco do Nordeste do Brasil S.A., Banco da Amazônia S.A.;
5. **instituições do sistema de distribuição**, são as que prestam serviços aos poupadores e tomadores, mediante compra e venda, com intermediários, de títulos, valores mobiliários e câmbio. Exemplo, Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários, Sociedades Corretoras de Câmbio, Sociedades Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Corretores de Mercadorias e Mercadorias Agrícolas, Operadores Especiais de Mercadorias Agrícolas e Corretores de Algodão, Agentes Autônomos de Investimentos;
6. **instituições do sistema liquidação e custódia de títulos e valores mobiliários**, são aquelas que prestam serviços aos intermediários financeiros, criando condições propícias de mercado para a emissão e circulação de títulos e valores mobiliários, sem, entretanto, efetuar operações de compra e venda. Como as Bolsa de Valores, Entidades de Mercado de Balcão Organizado, Sociedades de Compensação e Liquidação de Operações, Bolsas de Mercadorias e Futuros, Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos;

7. **instituições administradoras de recursos de terceiros**, são instituições que proporcionam a reunião de diversos poupadores que tenham objetivos comuns quanto à aplicação de seus recursos.

1.2. MERCADO DE CAPITAIS

Quando o comércio de crédito não atendeu às necessidades do mercado, com o desígnio de garantir um fluxo de recursos com condições ajustadas em termos de prazos, custos e exigibilidade, nasceu o mercado de capitais. Fundamentado segundo Pinheiros (2008), em dois princípios, o de contribuir para o desenvolvimento econômico, sendo responsável de motivar a formação da poupança privada, e o de permitir e orientar a estruturação de uma sociedade pluralista, se baseando na economia de mercado.

O mercado de capitais pode ser conceituado de maneira prática, de acordo com Pinheiro (2008, p.130), como,"um conjunto de instituições e de instrumentos que negociam com títulos e valores mobiliários, objetivando a canalização dos recursos dos agentes compradores para os agentes vendedores".

Corroborando com tal afirmação, Assaf Neto (2008) relata que, este mercado é responsável pelo desenvolvimento econômico de um país, pelo fato de ser o grande motivador de recursos estáveis para a economia, por causa da relação realizada entre os investidores e os agentes que necessitam de investimentos.

Este tipo de mercado caracteriza-se pela repartição de valores mobiliários, com a função de viabilizar a capitalização das empresas, gerando liquidez aos títulos por elas emitida. Se tornado relevante para economia, pois é capaz de oferecer alternativas de financiamento para as instituições, reduzindo o custo dos mesmos, distribuindo os riscos entre os aplicadores, além de democratizar o acesso ao capital da empresa.

De maneira geral, o mercado de capitais trata-se da abertura de capital das empresas que oferecem opções alternativas dos seus recursos, apresentando grandes vantagens sobre os recursos ofertados pelas instituições financeiras, com o intuito de fortalecer o seu capital próprio, levando as empresas a se expandirem e a obterem melhores condições no mercado.

1.2.1. Estrutura do Mercado de Capitais

O mercado de capitais representa uma grande fonte de desenvolvimento e crescimento econômico de um país, uma vez que, proporciona realizações respeitáveis com riscos diluídos.

Nas empresas, este mercado é considerado como a principal nascente de capital próprio.

No Brasil, o mercado de capitais pode ser negociado através de diversos títulos, como exemplifica Pinheiro (2008): debêntures, notas promissórias, bônus de subscrição, índices representativos de carteira de ações, opções de compra e venda de valores mobiliários, direitos e recibos de subscrição, quotas de fundos imobiliários, certificados de depósitos mobiliários, certificados de investimento audiovisual, certificados de recebíveis imobiliários, certificados representativos de contratos de compra e venda a termo de energia elétrica, contratos de parceria para a engorda de animais, recibos de depósitos.

Existem duas grandes classes no mercado de capitais: a não institucional e a institucional. Na primeira, a negociação é realizada de maneira direta entre a empresa e o investidor sem a intervenção de instituições financeiras, não estando sob regulamentação e fiscalização dos órgãos controladores. Neste tipo de segmento, as negociações ocorrem no mercado de balcão. Já na segunda classe, existe um acompanhamento das autoridades, através de grandes órgãos como já foi apresentado neste capítulo (o CMN, a Comissão Técnica da Moeda e do Crédito, o BACEN e a CVM), onde cada um executa funções referente a normatização, fiscalização, regularização, como também assessoria relativa às atividades dos sistema distribuidor de títulos e valores mobiliários (PINHEIRO, 2008).

Inserido neste mercado existe a figura do investidor, disposto a aplica seus recursos com a perspectiva de ganho, através de dividendos, bonificações, juros de capital etc, tendo o conhecimento que seus ganhos estão associados com a quantidade de risco assumido pelo mercado.

Segundo Pinheiro (2008), os investidores do mercado de capitais se classificam em dois grupos: investidores particulares ou individuais, podendo ser pessoas físicas ou jurídicas, que assumem exclusivamente seus riscos, participando de maneira direta no mercado, comprando ou vendendo suas ações; e os investidores institucionais, são apenas pessoas jurídicas que movem os recursos consideráveis mantidos com certa estabilidade, destinados para a reserva de risco ou para a renda patrimonial no mercado.

Os investidores institucionais podem ser divididos em (2008):

1 **Sociedades seguradoras:** são instituições cuja natureza sob a forma de sociedades anônimas, que destinam investimentos para a cobertura de sinistros, através de instrumento legal, emitido pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), assumindo por meio de contratos obrigações junto ao segurado, ou a quem este designar, uma indenização, recebendo um prêmio estabelecido;
2 **Entidades de previdência privada:** são entidades disponíveis para as pessoas físicas,

com a finalidade de operar planos de benefícios de natureza previdenciária, através de renda continuada ou pagamento único e exclusivamente sob a forma de sociedades anônimas;

3 **Sociedades de capitalização**: possuindo a mesma natureza dos demais investidores institucionais, são organizações que negociam títulos de capitalização, tendo como competência, o depósito periódico de prestações pecuniárias pelo contratante, o qual terá como direito o resgate parcial dos valores depositados corrigidos por uma taxa de juros estabelecida contratualmente, após cumprido o prazo contratado, além de concorrer a sorteios de prêmios em dinheiro;

4 **Clubes de investimento:** é uma modalidade de investimento formada por um grupo de pessoas que investem seu dinheiro em ações, facilitando o acesso do pequeno investidor ao mercado de capitais. A partir do momento que o volume dos recursos de cada membro do clube aumenta, é possível diversificar suas aplicações e investir em ações de empresas diferentes e em outros setores da economia;

5 **Fundos externos de investimentos:** têm a finalidade de realizar investimentos no país com recursos provenientes do exterior, recursos estes adquiridos através de ações, sendo formados obrigatoriamente por bancos de investimentos ou Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários.

6 **Fundos mútuos de investimento:** são entidades financeiras que investem em portfólio diversificado, emitindo seus próprios títulos de investimento.

1.3. MERCADO FINANCEIRO

Em períodos em que o mercado se encontra em crescimento e modificações, as empresas precisam de investimentos para garantir uma melhor posição competitiva. Entretanto, a concorrência enfrentada pelas instituições é influenciada, pelos níveis de endividamento, pelas taxas de retorno e outros fatores. Diante do exposto, Mellagi Filho e Ishikawa (2007) afirmam que, captar ou aplicar no mercado financeiro estabelece considerações de natureza operacionais e estratégica.

Para acontecer a captação de recursos, Pinheiro (2008, p.74), define o mercado financeiro como “o mecanismo ou ambiente através do qual se produz um intercâmbio de ativos financeiros e se determinam seus preços".

Nesta óptica, o mercado financeiro tem sua relevância cada vez maior no ambiente

econômico brasileiro e mundial, pois, as pessoas físicas e jurídicas estão preocupadas em aplicar melhor seus recursos e a demanda para conhecer o mercado para a tomada de decisões aumenta a cada dia.

Portanto, percebe-se que o mercado financeiro é um mecanismo de grande importância para o desenvolvimento da economia, pois traz benefícios diretos para os agentes econômicos, aumentando as opções de financiamento e reduzindo seus custos.

Corroborando tais afirmações, Brito (2005) ressalva que, o mercado financeiro é um ambiente bastante complexo, composto por três agentes: os que atuam com a finalidade de obter resultados; os órgãos reguladores, orientados ao controle do risco sistêmicos; e pelos agentes econômicos, responsáveis pela gestão maior da economia.

1.3.1. Classificação do Mercado Financeiro

Conforme já mencionado o mercado financeiro é um fenômeno complexo, e classificá-lo não é um exercício simples, uma vez que, existem inúmeros critérios para realizar sua classificação. Pinheiro (2008) classifica o mercado financeiro com base: no grau de transformação dos ativos (direto ou indireto); na forma de funcionamento (mercados de busca indireta, de prestadores de serviços, mercados mediadores e de leilões); nos tipos de ativos (monetários e capitais); na fase de negociação (primários e secundários); no prazo ou condições (a vista, futuros e opções); no tipo de moeda (moeda nacional ou internacional); no grau de intervenção (livres e regulados); no grau de formalização (organizados e não organizados); no grau de concentração (centralizados e não centralizados) e com base nas necessidades clientes (crédito, capitais, cambial e monetária).

Porém, a forma mais comum de classificar o mercado financeiro, é através das necessidades dos participantes que competem a este mercado, pois cada parte tem necessidades distintas em que se encontram durante as negociações econômico-financeiras, tais necessidades que os agentes possuem são agrupadas em quatro tipos, de acordo com Pinheiro (2008). São elas:

1º a necessidade de crédito, que é responsável por originar mercado de crédito, se tornando componente do mercado financeiro ao lado do mercado de capitais, ocorrendo as transferências de saldo financeiro;

2º as necessidades de capitais gerando o mercado de capitais, financiando o mercado de capitais, através da captação de poupança espalhada das unidades econômicas, a fim de complementar a poupança das empresas;

3º a necessidade de câmbio, executando as operações de câmbio, através da conversão de moedas locais em estrangeiras ou as estrangeiras em moedas locais, por meio do mercado de câmbio;

4º a necessidade monetária, onde são realizadas as operações de curto prazo e supre as necessidades do governo.

1.3.2. Participantes do Mercado Financeiro

No mercado financeiro, as empresas, as famílias e o governo são os seus principais participantes, pois entre eles há a relação entre os agentes superavitários e os deficitários. O primeiro possuindo características de vendedores dos recursos e o outro assumindo a função de comprador dos recursos oferecido pelo outro agente.

É importante ressaltar a posição de superavitário e deficitário é móvel, isto é, um agente superavitário se torna deficitário e vice-versa.

1.3.3. Ativos Financeiros

De maneira geral, um ativo representa algo que uma pessoa física ou jurídica possui, ou seja, são os bens, direitos e as aplicações de recursos que tem a capacidade de gerar benefícios a curto, médio ou longo prazo.

Neste caso, um ativo financeiro pode ser definido segundo Pinheiro (2008), como sendo um instrumento que canaliza a poupança até o investimento. Podendo o mesmo ser classificado de várias maneiras, entretanto, a forma mais habitual de realizar a classificação conforme o autor é diferenciando-o em ativos de renda fixa ou de dívidas e ativos de renda variável ou ações.

Os ativos de renda fixa são aqueles que abrangem uma programação estabelecida de pagamentos, fazendo com que seus investidores conheçam previamente os fluxos monetários que irão alcançar. Enquanto que os ativos de renda variável, seus investidores não conhecem com antecedência seus futuros ganhos, podendo consequentemente, o valor do resgate adotar valores iguais, inferiores ou superiores ao valor que foi aplicado. Um exemplo notório deste tipo de ativo financeiro são as ações e as debêntures conversíveis em ações (PINHEIRO, 2008).

Exposto isso, no próximo capítulo a pesquisa tratará de descrever o ambiente onde será realizado o estudo (a Microrregião do Cariri Ocidental da Paraíba), apontando o número de

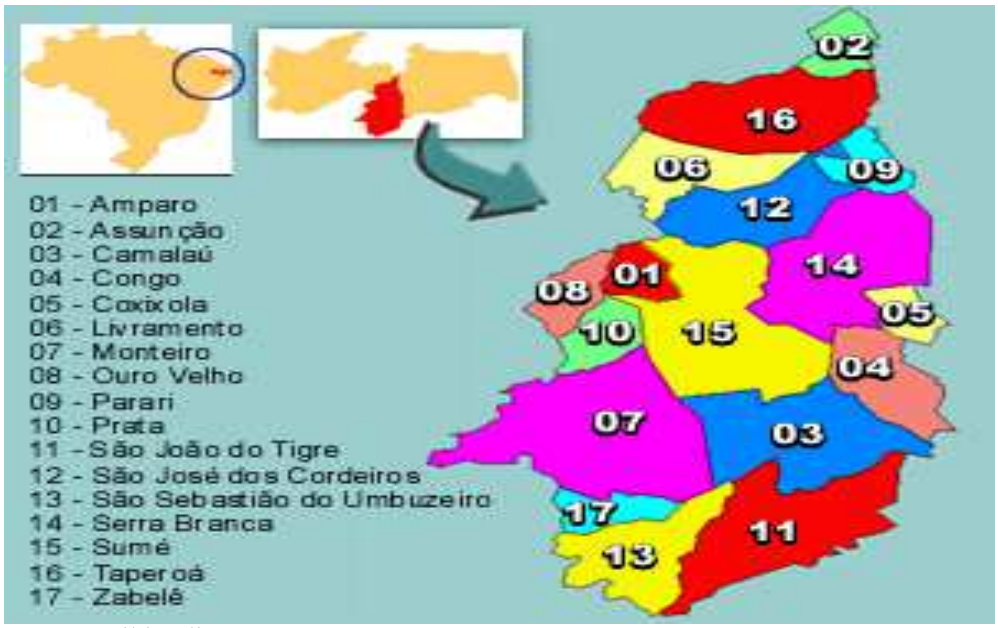
habitantes e a área territorial de cada cidade que compõe a região, como também o Produto Interno Bruto e a quantidade de empresas em cada município, classificando-os de acordo com as atividades econômicas.

CAPÍTULO II

2. CARACTERIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO DO CARIRI OCIDENTAL DA PARAÍBA

A Microrregião do Cariri Ocidental é uma das microrregiões do estado brasileiro da Paraíba pertencente à mesorregião da Borborema. Sua população foi estimada em 2010 em 121.531 habitantes e está dividida em dezessete municípios, a saber: Amparo, Assunção, Camalaú, Congo, Coxixola, Livramento, Monteiro, Ouro Velho, Parari, Prata, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião do Umbuzeiro, Serra Branca, Sumé, Taperoá e Zabelê, possuindo uma área total de 6.983,605 km² (IBGE, 2010).

Figura 1. *Cariri Ocidental da Paraíba*



Fonte: Wikipédia, 2011.

De acordo com a Secretaria da Receita Estadual da Paraíba, no mês de fevereiro do ano de 2012 a região possuía 2009 empresas ativas repartidas nas diversas atividades econômicas (agropecuária, indústria, serviços, atacadista e varejista), dos quais 1.632 empresas estão concentradas na atividade varejista, o que corresponde a 81,23% do total. E o seu PIB é de aproximadamente R$577 milhões, segundo dados disponibilizado pelo IBGE em 2011.

Os quadros a seguir demonstram com clareza e objetividade as peculiaridades de cada

cidade que compõe a Microrregião do Cariri Ocidental Paraibano, de acordo com as informações acima citadas.

Quadro 1 - *População e área territorial por municípios em 2010*

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	ÁREA DA UNIDADE TERRITORIAL (Km²)
Amparo	2.088	121,984
Assunção	3.522	126,427
Camalaú	5.749	543,685
Congo	4.687	333,469
Coxixola	1.771	169,877
Livramento	7.164	260,219
Monteiro	30.852	986,351
Ouro Velho	2.928	129,399
Parari	1.256	128,484
Prata	3.854	192,010
São João do Tigre	4.396	816,111
São José dos Cordeiros	3.985	417,743
São Sebastião do Umbuzeiro	3.235	460,571
Serra Branca	12.973	686,911
Sumé	16.060	838,066
Taperoá	14.936	662,904
Zabelê	2.075	109,394
TOTAL	**121.531**	**6.983,605**

Fonte: IBGE, 2011.

De acordo com o quadro 1, observa-se que a população dos municípios que compõe o Cariri Ocidental Paraibano, possui um perfil demográfico similar, quando comparados com algumas cidades, a exemplo de: Parari e Coxixola; Amparo, Ouro Velho e Zabelê; como também Serra Branca, Sumé e Taperoá. Entretanto, estes últimos apresentam um salto no número de habitantes ao se comparar com os demais.

Por este motivo, a análise será divida em três grupos:

1 Grupo 1 - cidades com população entre 1.000 e 10.000 habitantes: Amparo, Assunção, Camalaú, Congo, Coxixola, Livramento, Ouro Velho, Parari, Prata, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião do Umbuzeiro e Zabelê;

2 Grupo 2 - cidades com população entre 10.001 e 20.000 habitantes: Serra Branca, Sumé e Taperoá;

3 Grupo 3 – cidades maiores que 20.001 habitantes: Monteiro.

Diante da classificação dos grupos acima, observa-se que o Grupo 1 detém 76% das cidades da região, o Grupo 2 possui 18% e o Grupo três apenas a cidade de Monteiro.

Perceber-se que no Grupo 1, apenas duas cidades apresentam um número de habitantes inferior a 2.000 (Coxixola e Parari) e que algumas cidades possuem a população entre 2.000 e 7.000 habitantes, onde Livramento é o único município que apresenta a população com pouco mais de 7.000 habitantes. Por este motivo, pode-se afirma que dentre os 17 municípios, 11 possuem um perfil populacional semelhante.

No Grupo 2 por sua vez, é visível que a população das cidades de Serra Branca, Sumé e Taperoá, apresentam um número de habitantes parecidos, variando entre 12.000 e 16.000. Comparando entre a cidade mais populosa do Grupo 1 (Livramento) e do Grupo 2 (Sumé), verifica-se uma diferença populacional de 8.896 habitantes, ou seja, Sumé apresenta uma população 55% maior do que Livramento.

O Grupo 3 é representado somente pela cidade de Monteiro, o único município cuja população atinge a faixa superior a 20.001 habitantes. Sua população é de 30.852, o que corresponde a 25% da população total do Cariri Ocidental da Paraíba. A cidade também detém a maior área territorial da região com 986,351 km² e encontra-se em destaque nas demais análises.

Partindo da análise territorial, averigua-se que a cidade que possui o menor número de habitantes (Parari), não possui a menor área territorial, isto porque a cidade de Zabelê tem o menor território da região com 109,394 km e sua população maior do que o município de Parari.

O mesmo acontece com a cidade de São João do Tigre que é proprietária de uma área territorial de 816,111 km², que se aproxima a de Monteiro com 986,351km², porém a população de Monteiro é 86% superior a de São João do Tigre.

Por isto, diante de tais comparações pode-se narrar que, um município que tem uma população pequena não terá necessariamente uma área territorial menor aos demais.

O Cariri Ocidental da Paraíba vem se desenvolvendo na área da educação desde 2006, com a implantação da Universidade Estadual da Paraíba e do Instituto Federal da Paraíba, na cidade de Monteiro, que é uma instituição de educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica. Em Sumé foram instalados a Universidade Federal de Campina Grande e o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), uma instituição voltada à educação profissional e tecnológica, aplicada ao desenvolvimento industrial.

Desta forma, estes municípios de maneira particular, apresentam-se em destaque, uma vez que, a economia dos mesmos encontra-se em crescimento através do setor imobiliário e de serviços, oriundos do fluxo de estudantes vindos das cidades circunvizinhas, assim como estudantes de outras cidades paraibanas, e de outros estados.

Pode-se afirmar que a região apresenta uma infraestrutura regular, em relação ao saneamento básico, a energia elétrica e telecomunicação. Quanto ao saneamento básico, todos os municípios possuem um abastecimento de água e uma limpeza urbana condizentes com as exigências da CAGEPA (Companhia de Água e Esgotos da Paraíba) e das Prefeituras Municipais, que por sua vez, algumas cidades da região como: Coxixola, Livramento, São José dos Cordeiros, Serra branca, Taperoá e Sumé, receberam recursos do Governo Federal para executar as obras de saneamento básico, relativo a coleta e tratamento de esgoto, onde a cidade de Sumé já se encontra em fase de conclusão. Em relação aos setores de energia elétrica e de telecomunicações, todas as cidades possuem tais serviços disponíveis à população.

Quanto às estradas que ligam as cidades da região, a BR-412 que cruza Serra Branca, Sumé e Monteiro se apresenta em boas condições, assim como as estradas que ligam Monteiro a Zabelê e Sumé ao Congo, sendo esta última asfaltada no ano de 2011. No entanto, as cidades de Prata e Ouro Velho cuja rodovia cruza os municípios, se apresentam de forma intransitável em virtude da presença de fendas, bem como, as demais cidades onde suas estradas apresentam ausência de pavimentação.

Quadro 2 - *Número de empresas por municípios em 2012*

MUNICÍPIOS	ATIVIDADE ECONÔMICA					
	INDÚSTRIA	AGROPECUÁRIA	SERVIÇOS	ATACADISTA	VAREJISTA	TOTAL
Amparo	2	0	1	0	13	**16**
Assunção	9	0	1	0	53	**63**
Camalaú	2	1	7	0	65	**75**
Congo	3	0	3	0	45	**51**
Coxixola	3	0	3	0	14	**20**
Livramento	5	0	4	0	41	**50**
Monteiro	75	14	57	10	547	**703**
Ouro Velho	6	6	3	0	38	**53**
Parari	0	0	3	0	17	**20**
Prata	18	0	7	1	105	**131**
São João do Tigre	2	0	2	0	26	**30**
São José dos Cordeiros	2	0	0	0	21	**23**
São Sebastião do Umbuzeiro	1	0	2	0	38	**41**
Serra Branca	14	1	17	0	158	**190**
Sumé	23	2	25	2	258	**310**
Taperoá	17	2	16	1	176	**212**
Zabelê	3	0	1	0	17	**21**
TOTAL	**185**	**26**	**152**	**14**	**1632**	**2009**

Fonte: Receita Estadual da Paraíba, 2012.

Analisando a situação da quantidade de empreendimentos na região a partir dos dados disponibilizados pela Receita Estadual da Paraíba em Fevereiro de 2012, nota-se que na mesma, sucede uma distribuição de empresas nos diversos segmentos, a saber: indústria, agropecuária, serviços, atacadista e varejista. Onde o setor varejista é líder no número de empresas com 81,23% do total.

Uma informação muito importante e curiosa que pode ser extraída da tabela acima é o fato do setor industrial ser muito superior ao setor agropecuário, uma vez que, se esperava que este último prevalecesse, posto que tradicionalmente a região abriga atividades agropecuárias. No entanto, relata-se que a inferioridade do segmento em relação aos demais (com exceção do setor atacadista que é menor entre todos), se dá porque as famílias que executam este tipo

atividade, o fazem para a sua subsistência, isto é, em regime de economia familiar.

Em relação à quantidade de indústrias, supõe-se, posto que na coleta de dados não se possa precisar a origem e a categoria dessas indústrias, que este numerário seja referente às empresas que fabricam produtos de higiene e também a transformação de alguns produtos extraídas da agropecuária, como queijo, iogurte, doce, etc.

Diante deste exame, acredita-se que algumas famílias comercializam aquilo que produzem ou que criam, porém elas estão na informalidade. E que as 26 empresas listadas no setor são as únicas que trabalham de maneira formal, contribuindo para a economia e o desenvolvimento do setor e da região.

Quadro 3 - *PIB dos setores de cada município em 2009*

MUNICÍPIOS	VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES MIL (R$)				
	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	IMPOSTOS	PIB
Amparo	1.360	796	6.991	233	**9.380**
Assunção	1.888	1.653	11.634	558	**15.733**
Camalaú	4.769	2.428	17.288	583	**25.068**
Congo	9.345	2.601	17.238	851	**30.035**
Coxixola	1.684	928	6.625	214	**9.451**
Livramento	4.795	2.593	20.939	552	**28.879**
Monteiro	9.799	15.178	134.712	5.833	**165.522**
Ouro Velho	2.447	1.349	10.415	299	**14.510**
Parari	2.392	586	6.346	194	**9.518**
Prata	2.606	2.371	12.652	457	**18.086**
São João do Tigre	1.983	1.421	13.090	396	**16.890**
São José dos Cordeiros	1.861	1.574	11.524	287	**15.246**
São Sebastião do Umbuzeiro	2.833	1.304	10.721	329	**15.187**
Serra Branca	9.320	6.138	44.411	2.254	**62.123**
Sumé	5.992	8.240	54.590	3.067	**71.889**
Taperoá	7.503	6.655	44.125	1.721	**60.004**
Zabelê	2.250	787	6.357	205	**9.599**
TOTAL	**72.827**	**56.602**	**429.658**	**18.033**	**577.120**

Fonte: IBGE, 2011.

O Produto Interno Bruto (PIB) é uma ferramenta utilizada pelo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a finalidade de medir o crescimento econômico de uma região, seja ela uma cidade, um estado, um país ou mesmo um grupo de nações.

Segundo Lagioia (2007), a medida do PIB é realizada a partir da soma do valor de todos os serviços e bens produzidos na região analisada em um determinado período.

Os principais objetos de medição do PIB de uma região são: a produção na indústria, na agropecuária, no setor de serviços, o consumo das famílias, o gasto do governo, o investimento das empresas e a balança comercial.

O quadro 3 mostra o PIB das 17 cidades do Cariri Ocidental da Paraíba, divididos nos três setores de produção da economia (agropecuária, indústria e serviços), como também o total de impostos arrecadados por cada cidade.

O setor de serviço é o maior responsável pelo crescimento econômico do Cariri Ocidental paraibano, contribuindo para o PIB da região, com um Valor Adicionado Bruto de R$ 429.658.000,00. Isto sobrevém porque 1.798 empresas da região estão engajadas no setor de serviços, conforme mostra o quadro 2 nas atividades econômicas (serviços, atacadista e varejista), contribuindo para o volume do PIB na produção de serviços.

Comparando o setor agropecuário e o industrial, avalia-se que Valor Adicionado Bruto do primeiro é superior ao outro, com uma significativa diferença de pouco mais de R$ 16 milhões. Tal informação apresenta-se de maneira surpresa, pois esperava-se que o setor industrial fosse superior, pela razão de deter em número absoluto uma quantidade de empresas maior do que o setor agropecuário.

Realizando a análise dos municípios, as cidades de Amparo, Coxixola, Parari e Zabelê são as cidades que possuem o menor PIB do Cariri Ocidental Paraibano, responsável cada uma por 1,6%. Enquanto que, o município de Monteiro contribui para o crescimento da região com 28,7%, se tornando também o município que mais arrecada impostos na região, atingindo em 2011 uma arrecadação de R$ 5.833.000,00, representando 32,35% do total de imposto coletado no Cariri Ocidental Paraibano.

O capítulo 3 será responsável por mapear a formação do mercado financeiro e de capitais da região em estudo, buscando constatar em que bases tal área vem se desenvolvendo.

CAPÍTULO III

3. O MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS NO CARIRI OCIDENTAL DA PARAÍBA

A proposta da pesquisa está voltada para o estudo do mercado financeiro e de capitais no Cariri Ocidental da Paraíba no ano de 2011.

O mercado financeiro e de capitais, como já visto, é composto pelos agentes superavitários e pelos agentes deficitários. Um é responsável por aplicar suas poupanças para maximizar seus ganhos, investindo suas economias em títulos para receber ganho no final de um período, e o outro financiado pelos agentes superavitários que buscam o mercado financeiro a procura de crédito para completar sua renda.

Desta forma, o desenvolvimento do mercado financeiro e de capitais estar sujeito à interação dos agentes, uma vez que, os agentes superavitários estejam aptos e dispostos a financiar os agentes deficitários.

Cabe destacar que os quadros e os gráficos a seguir, juntamente com suas respectivas análises, tomaram por base a totalidade das instituições financeiras presentes nos dezessete municípios do Cariri Ocidental da Paraíba e irão demonstrar a real situação do mercado financeiro, o volume das instituições financeiras bancárias e não-bancárias presentes em tal microrregião.

O trabalho fundamentou-se em princípios metodológicos de natureza exploratório-descritivo, ao passo que, esse tipo de pesquisa tende a proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato, aperfeiçoando as idéias aqui estudadas, sendo, sobretudo flexível, considerando os mais variados aspectos relativos aos que se estudou. Quanto a sua natureza descritiva, têm como intuito primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, bem como estabelecer relações entre possíveis variáveis, utilizando técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionário e observação sistemática, de acordo com Gil (2009).

Para tanto, a pesquisa, considerou as peculiaridades de cada localidade onde ela foi desenvolvida, buscando entender, conhecer, identificar e levantar as informações decorrentes da formação do mercado financeiro e de capitais da região, realizando consequentemente, a descrição e caracterização da área pesquisada. Nesse sentido, foi realizado um diagnóstico em

cada município onde a pesquisa foi executada, buscando traçar um perfil das instituições financeiras presentes e todo tipo de serviços fornecido por elas.

A princípio, a coleta de dados para suporte da pesquisa, foi feita através de consultas em sites de instituições a exemplo do Banco Central do Brasil, como forma de identificar as instituições financeiras no Cariri Ocidental Paraibano.

O diagnóstico de cada município, foi adquirido também por meio de dados oriundos do questionário realizado, sendo seus resultados submetidos às análises quantitativas e qualitativas. Nas quais a apuração final dos dados foi eletrônica, por intermédio de software computacional (Excel), buscando de forma precisa tabular os dados a serem analisados.

O estudo ainda utilizou a entrevista estruturada, através de perguntas predeterminadas, com pessoas selecionadas, permitindo a comparabilidade das respostas, conforme Beuren (2006).

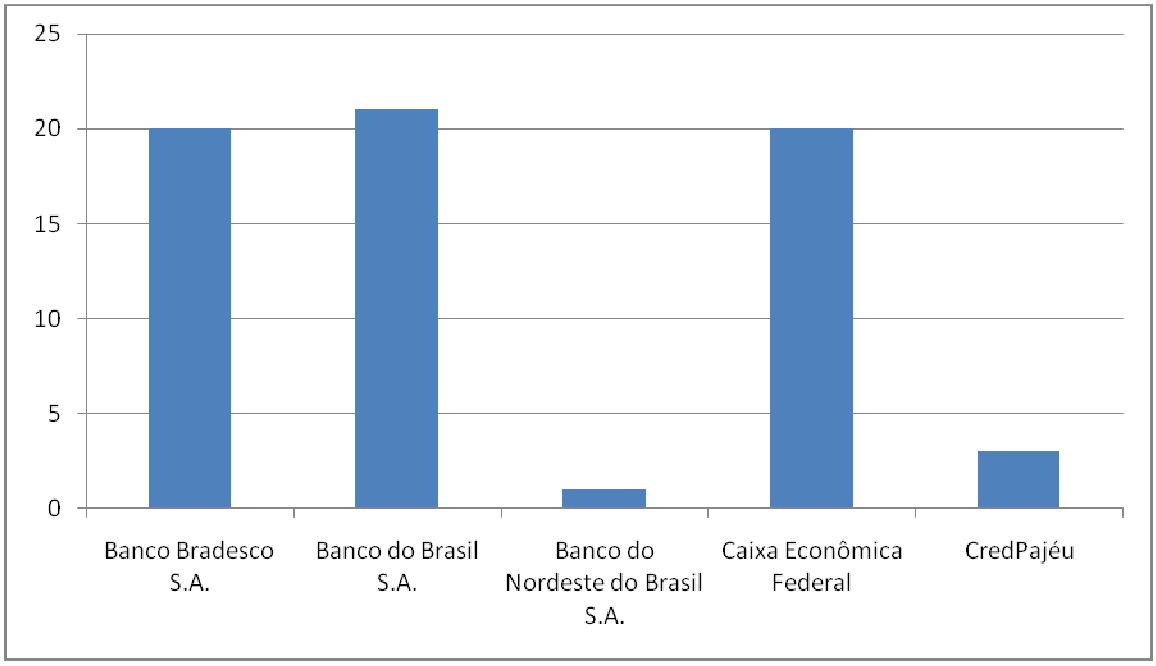
3.1. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BANCÁRIAS

O primeiro gráfico retratou a quantidade de instituições financeiras bancárias na região, entre elas: Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A. e o SICOOB Credipajeú.

Vale salientar que o gráfico abaixo considerará as Casas Lotéricas e o Caixa Aqui (agências vinculadas a Caixa Econômica Federal) como Caixa Econômica Federal, bem como, o Banco Postal presente nas agências dos Correios como Banco do Brasil, pois tais agências são vinculadas aos bancos comerciais, dando suporte a população com serviços de depósitos, pagamentos de boletos, abertura de contas e empréstimos para pessoa física.

Nos municípios da região existem em determinados comércios (supermercados, farmácia, padarias etc.) a presença de maquinetas do Banco do Brasil e do Banco Bradesco, que realizam as mesmas atividades do Banco Postal e das Casas Lotéricas. Neste caso, também será considerado, tais aparelhos como instituições financeiras bancárias. Assim como, foi verificado que existem algumas agências vinculadas a CEF presentes nos estabelecimentos comerciais.

Gráfico 1. *Quantidade de Instituições Financeiras Bancárias*



Fonte: Dados do autor

O gráfico 1 expõe um equilíbrio na quantidade de algumas instituições financeiras bancárias na região, como é o caso do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e do Banco Bradesco. O Banco do Brasil possui em toda região 21 agências, o que corresponde a 32 %, enquanto a Caixa Econômica e o Banco Bradesco, ambas possuem 20 agências, representando 31%. O Banco do Nordeste possui apenas uma agência localizada na cidade de Sumé e o CredPajéu que é uma cooperativa de crédito vinculada ao Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), está presente apenas nos municípios de Monteiro, Ouro Velho e Prata, onde cada município possui apenas uma agência, conforme mostra o quadro 4, que retrata o número de instituições financeiras bancárias em todos os municípios da região em estudo.

Quadro 4 - *Instituições Financeiras Bancárias nos municípios*

MUNICÍPIOS	Banco Bradesco S.A.	Banco do Brasil S.A.	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Caixa Econômica Federal	CredPajéu	TOTAL
Amparo	0	0	0	1	0	**1**
Assunção	2	2	0	1	0	**5**
Camalaú	2	2	0	1	0	**5**
Congo	3	1	0	1	0	**5**
Coxixola	0	0	0	1	0	**1**
Livramento	1	1	0	1	0	**3**
Monteiro	1	2	0	2	1	**6**
Ouro Velho	2	1	0	1	1	**5**
Parari	1	1	0	1	0	**3**
Prata	1	2	0	1	1	**5**
São João do Tigre	1	1	0	1	0	**3**
São José dos Cordeiros	1	1	0	1	0	**3**
São Sebastião do Umbuzeiro	1	1	0	1	0	**3**
Serra Branca	1	3	0	1	0	**5**
Sumé	1	2	1	2	0	**6**
Taperoá	1	1	0	2	0	**4**
Zabelê	1	0	0	1	0	**2**
TOTAL	**20**	**21**	**1**	**20**	**3**	**65**

Fonte: Dados do autor

No total, estão presentes no Cariri Ocidental Paraibano, 65 instituições financeiras bancárias, distribuídas nos municípios que a compõe. As cidades de Amparo e Coxixola têm apenas uma instituição, já a cidade de Monteiro e Sumé com seis agências, apresentam o maior número de instituições bancárias da região.

Diante dos números acima é importante evidenciar que na região existem 12 bancos comerciais existentes, a saber:

1 Banco Bradesco S.A: 06 (Assunção, Livramento, Monteiro, São José dos Cordeiros, São Sebastião do Umbuzeiro e Taperoá);

2 Banco do Brasil S.A.: 04 (Monteiro, Serra Branca, Sumé e Taperoá);

3 Banco do Nordeste do Brasil S.A.: 01 (Sumé);

4 Caixa Econômica Federal: 01 (Monteiro).

Nesta óptica, as 12 instituições presentes na região é quem oferecem suporte para as suas respectivas agências, ou seja, o Banco Postal, as Casas Lotéricas, o Caixa Aqui e as maquinetas existentes nas cidades, devem recorrer às praças financeiras, onde se encontra o banco comercial competente.

Quadro 5 - *Praças financeiras*

PRAÇA FINANCEIRA	**QUANTIDADE DE AGÊNCIA**
Afogados da Ingazeira/PE	3
Arco Verde/PE	2
Campina Grande	9
Monteiro	17
Patos	1
Pesqueira/PE	1
Santa Cruz do Capibaribe/PE	3
Serra Branca	2
Taperoá	3
TOTAL	**41**

Fonte: Dados do autor

O quadro 5 demonstra que existem 41 agências bancárias presentes nos municípios que não possuem a cobertura dos seus bancos comercias, sendo obrigados a recorrerem a outras praças financeiras no próprio estado e até mesmo no estado vizinho de Pernambuco, para que o capital circulado no mercado chegue ao banco competente, através de duas maneiras como demonstra o gráfico 2.

Nota-se que Monteiro é quem dar maior suporte para os municípios circunvizinhos, ao todo são 17 agências bancárias que recorrem ao município, correspondendo há 41% das agências. Entre os municípios estão: Amparo, Camalaú, Congo, Ouro Velho, Prata, São João do Tigre, São Sebastião do Umbuzeiro, Serra Branca, Sumé e Zabelê. Isto ocorre porque Monteiro se encontra numa área geográfica favorecida, fazendo divisa com estes municípios, como também, a cidade possui os principais bancos comercias da região (Banco Bradesco, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), sendo o único município a possuir uma agência

da Caixa Econômica Federal.

Em seguida encontra-se a cidade de Campina Grande, responsável por 22% das agências da região. Os municípios que são dependentes dos bancos comerciais de Campina Grande são: Assunção, Congo, Campina Grande, Parari, São José dos Cordeiros e Taperoá.

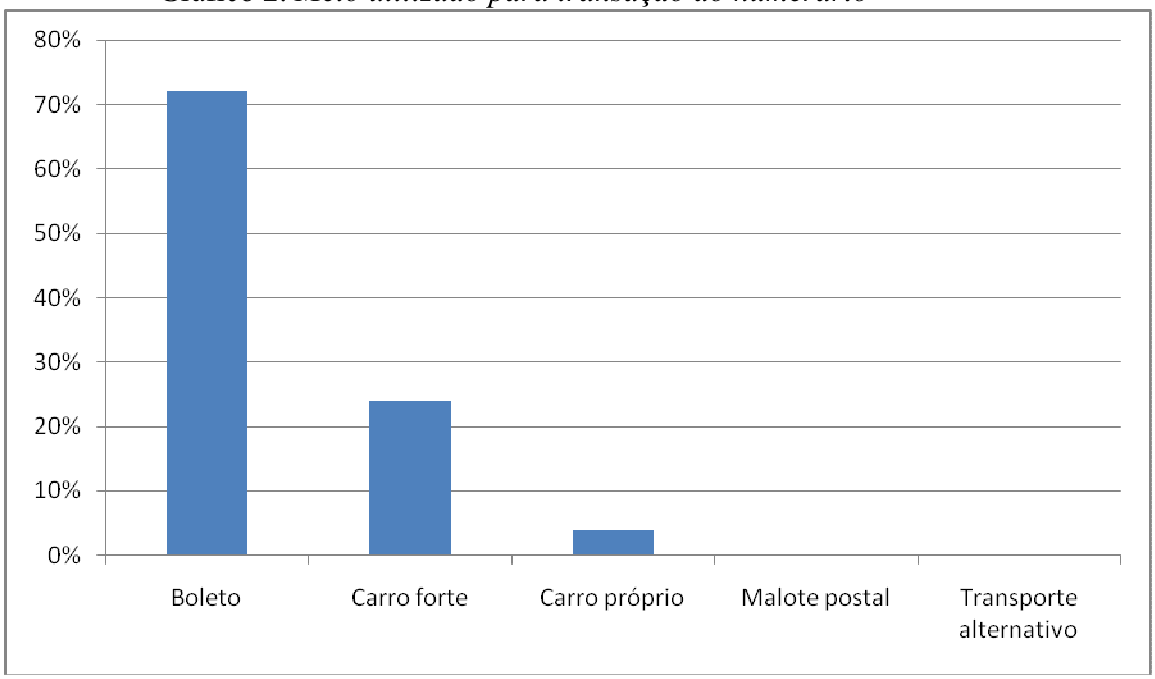
Entretanto, por dois motivos, o capital circulado de alguns municípios permanece no próprio ambiente. O primeiro é o fato do capital circulado da cidade ser de caráter rotativo, ou seja, as agências bancárias têm um ciclo de entrada e saída de dinheiro semelhante. Por exemplo, as cidades de Camalaú, Congo, Coxixola, Ouro Velho, Parari, Prata, São João do Tigre, Serra Branca e Sumé, tal fato acontece porque o dinheiro que entra nas agências é oriundo de depósitos e de pagamentos de boletos, enquanto a saída se dar através dos saques dos correntistas e dos pagamentos dos programas do Governo Federal.

O outro fator que contribui para a permanência do capital no próprio município é quando este capital tem que ser depositado para o banco comercial competente. A exemplo, das Casas Lotéricas e do Caixa Aqui, uma vez que, estas agências atingem um numerário superior a R$ 5.000,00 este deve ser depositado via boleto, e geralmente tal prática se realiza em outras agências (ordinariamente onde existe Banco Postal).

Quando não é possível realizar o depósito porque no município só há uma agência, a exemplo de Amparo e Coxixola, o responsável pela mesma precisa se deslocar para a praça mais próxima, a fim de realizar o depósito.

A seguir, o gráfico 2 mostrará as maneiras como o numerário capitado pelas agências é transportado ou transacionado para os bancos comerciais. Vale salientar, que duas das cinco opções presentes no questionário (Apêndice A) não obtiveram resultado.

Gráfico 2. *Meio utilizado para transação do numerário*



Fonte: Dados do autor

Observa-se que, a maneira mais comum de transportar o dinheiro arrecadado pelas agências bancárias até os bancos é através do boleto bancário, equivalendo a 72%. Esta ferramenta é utilizada da seguinte forma: de acordo com os entrevistados (responsáveis pela agência e funcionários) o boleto é uma guia em branco, que deve ser preenchida com o valor a ser depositado e outras informações adicionais. As principais agências que usam o boleto são aquelas vinculadas a Caixa Econômica Federal e ao Banco Bradesco.

Em seguida, 24% das agências utilizam o carro forte com a finalidade de transporta o numerário até o banco. O Banco Postal presente nos Correios e vinculado ao Banco do Brasil é a principal agência que emprega este transporte, buscando maior segurança. Mas, uma minoria dos comércios existentes no município Congo que utilizam a maquineta do Banco Bradesco, também aproveita a passagem do carro forte pelo município para conduzir o numerário presente na agência.

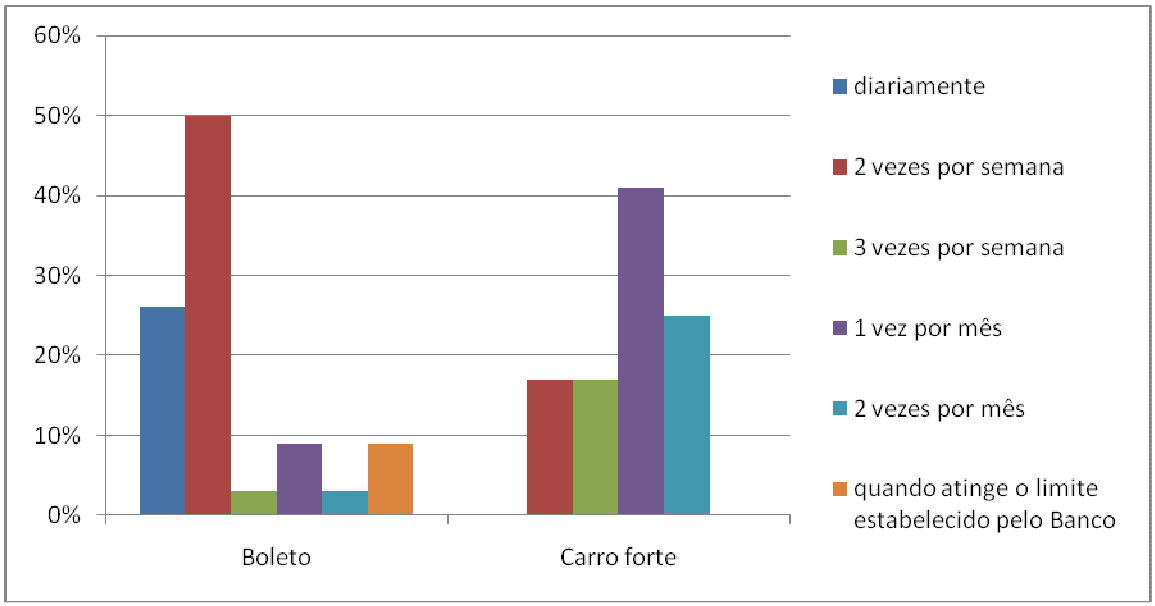
Por fim, as cidades de Amparo e Coxixola são as únicas que transportam seu numerário através de carro próprio. A prática ocorre, em virtude das cidades possuírem apenas uma agência bancária, impossibilitando as mesmas depositarem o dinheiro em outras agências, e utilizando o próprio transporte para se deslocarem à praça financeira mais próxima e depositar o numerário arrecadado.

Alguns municípios mesmo havendo outras agências bancárias para efetuar o pagamento do boleto, correspondente ao depósito, preferem depositar o numerário em outras praças

financeiras, a exemplo dos municípios de São João do Tigre, São Sebastião do Umbuzeiro e Zabelê, que seguem até Monteiro para efetuar tal prática.

O próximo gráfico demonstrará a periodicidade que os boletos são pagos, assim como a periodicidade do carro forte nas agências.

Gráfico 3. *Periodicidade da transação*



Fonte: Dados do autor

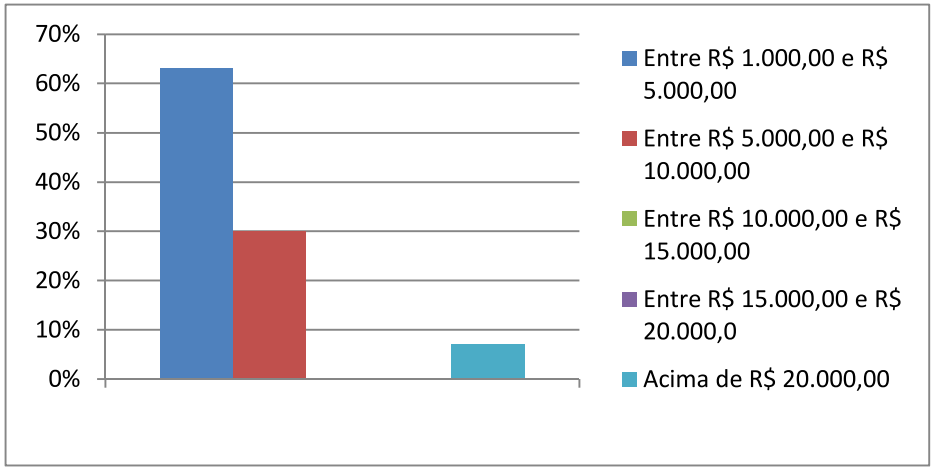
Pode-se extrair as seguinte informações do gráfico 3:

- 26% dos depósitos (via boleto) são efetuados diariamente tanto em agências presentes nos municípios, quanto em agências que optam por outras praças financeiras. Diferentemente, o carro forte não executa a transação do numerário nesta periodicidade, como também não a faz quando atinge o limite de capital existente na agência;
- 50% dos boletos pagos ocorrem duas vezes por semana, já em relação ao carro forte neste mesmo período corresponde a 17%. Esta mesma porcentagem relativa ao transporte acontece três vezes por semana nos municípios da região;
- 3% dos depósitos ocorrem três vezes por semana, assim como a cada quinze dias;
- 9% dos boletos são elaborados para pagamento uma vez por mês, e quando atinge o limite determinado pelos bancos comerciais competentes;
- a periodicidade do carro forte uma vez por mês corresponde a 41% e duas vezes por mês a 25%.

De acordo com os questionários respondidos, por funcionário e pelos responsáveis das

instituições bancárias, 63% das agências possui um volume médio transacionado variando entre R$ 1.000,00 e R$ 5.000,00, já 30% das instituições entrevistadas possui um volume na faixa de R$ 5.000,00 a R$ 10.000,00 e 7% acima de R$ 20.000,00, conforme o gráfico 4.

Gráfico 4. *Volume médio transacionado*



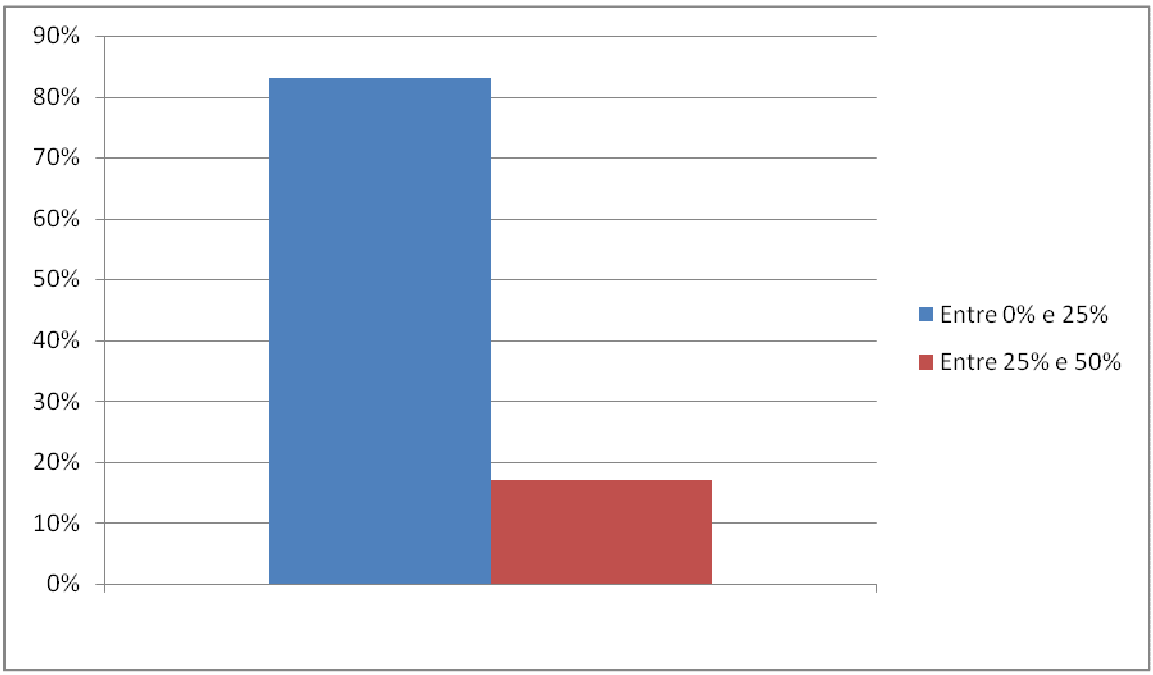
Fonte: Dados do autor

De acordo com as informações contidas no gráfico 4, entre as cinco alternativas referentes ao volume médio transacionado das agências bancárias, duas não apresentaram respostas.

Os 63% das agências cuja movimentação varia entre R$ 1.000,00 e R$ 5.000,00, corresponde principalmente às instituições bancárias conectadas a Caixa Econômica Federal, pois como já relatado, estes estabelecimentos precisam depositar seus numerários quando atingem determinado limite. Porém, algumas destas agências estão presentes nos 30% das instituições que possuem transações diárias entre R$ 5.000,00 e R$ 10.000,00, pelo fato das mesmas estarem presentes em cidades com fluxo elevado de transações financeiras, que é o caso das cidades: Congo, Monteiro, Serra Branca, Sumé e Taperoá. Entretanto, o Banco Postal é que mais efetua transações nesta faixa, por isto que a agência só utiliza o carro forte como meio para transportar seu capital para o Banco do Brasil. Por fim, 7% dos estabelecimentos bancários existem transações acima de R$ 20.000,00, sendo duas agências do Banco Postal e uma do Banco Bradesco.

O Gráfico que segue descreverá em termos percentuais a quantia que permanecerá em caixa para a movimentação no dia posterior, após as transferências do capital das agências bancárias até os bancos comerciais.

Gráfico 5. *Percentual em caixa após transferência do capital*



Fonte: Dados do autor

As agências credenciadas a Caixa Econômica Federal são os principais estabelecimento que ao realizar suas transações para a instituição financeira, permanece em caixa um percentual de 0% a 25%. Isto é derivado, justamente, dos depósitos (representando 75% do dinheiro capitado) que são executados quando as agências atingem os limites determinados pela CEF, restando em caixa uma quantia mínima para as atividades no próximo dia. Estas agências, juntamente com uma minoria dos estabelecimentos vinculados ao Banco Bradesco e Banco do Brasil, representam 83% das agências entrevistadas.

Os outros 17% remanescente do percentual entre 25% e 50%, são as agências cuja movimentação encontra-se na faixa de volume médio transacionado entre R$ 5.000 e R$ 10.000,00 e acima de R$ 20.000,00, uma vez que, as mesmas por possuírem um alto ciclo de entradas e saídas de dinheiro, necessitam de uma adequada margem para suprir futuras atividades.

As demais alternativas disponíveis no questionário não proporcionaram respostas para serem representadas no gráfico.

Durante a elaboração do questionário e realização do mesmo, constatou-se que na década de 80 havia em algumas cidades da região a presença do Banco Bradesco.

De acordo com uma entrevista realizada com um ex-funcionário do Banco Bradesco na cidade de Sumé, na qual o banco existia, a política de trabalho do Bradesco, caso uma agência do interior tivesse prejuízo durante 4 semestres seguidos, ela deveria ser fechada e a Carta

Patente emitida pelo Banco Central, que é uma autorização para abertura de agências em determinadas cidades, seria transferida para outro município do mesmo estado, já que o Banco Central na época não estava liberando cartas patentes para as grandes cidades bem como, para as capitais dos estados.

Assim, os bancos particulares Bradesco, Itaú entre outros abriram diversas agências nas pequenas cidades da Paraíba e após dois anos operando no vermelho, fechava aquela agência chamada pioneira e abria outra em cidades maiores tipo: Patos, Campina Grande, Cajazeiras e até mesmo outra agência em bairros da capital.

O Bradesco permaneceu em Sumé por doze anos e após o fechamento apenas três funcionários foram transferidos os demais foram demitidos, já que os mesmo não aceitaram ser transferidos para as cidades de Campina Grande ou João Pessoa. Além de Sumé, o Bradesco abriu suas agências na região nas cidades de Camaláu, Ouro Velho, Prata e São Sebastião do Umbuzeiro.

3.2. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NÃO-BANCÁRIAS

Entre as instituições financeiras não-bancárias na região do Cariri Ocidental da Paraíba destacam-se os correspondentes bancários, e os bancos de financiamento.

Considera-se correspondente bancário nesta pesquisa, os estabelecimentos que oferecem serviços à população através de pagamentos de boletos. Por exemplo, conta telefônica, conta de água, conta de luz, mensalidades de plano de saúde, boleto bancário, pagamento de impostos, taxas e contribuições de empresas conveniadas, entre outras.

Os bancos de financiamento presentes na região, são empresas que oferecem às pessoas físicas crédito consignado, ou seja, são empréstimos onde as parcelas pagas da obrigação são descontadas diretamente no pagamento do indivíduo que adquiriu a dívida.

Quanto aos estabelecimentos atuantes na região, destacam-se como correspondente bancário, o Pagfácil que é um grupo empresarial vinculado ao Banco do Brasil, o Tribanco que faz parte do grupo Martins, além de caixas eletrônicos do Banco do Bradesco que executa pagamento de boletos, via débito em conta. Em relação aos bancos de financiamento encontram-se as empresas que oferecem seus créditos junto aos bancos: BMG, Mercantil do Brasil, Cruzeiro do Sul, BV Financeira, BMC Mercantil e Bom Sucesso.

Os quadros 6 e 7 respectivamente, evidenciarão a quantidade de correspondentes bancários e de bancos de financiamento da região.

Quadro 6 - *Número de correspondentes bancários*

MUNICÍPIOS	QUANTIDADE
Camalaú	1
Congo	1
Monteiro	1
Serra Branca	1
Sumé	4
TOTAL	**8**

Fonte: Dados do autor

Dos 17 municípios que compõe a região do Cariri Ocidental Paraibano, apenas 05 cidades possuem correspondente bancário, na qual Sumé detêm 50% dos estabelecimentos.

Esperava-se que tais cidades ou até mesmo outras da região tivessem estes estabelecimentos, porém, é provável que isto não aconteça porque as instituições financeiras bancárias presentes nas cidades também realizam os mesmo serviços que os correspondentes bancários efetuam, conseguindo atender as necessidades do município.

É interessante ressaltar que todas estas agências se encontram localizadas em comércios existentes nas cidades. Isto acontece porque os proprietários dos estabelecimentos buscando alternativas para aumentarem suas receitas, recorrem a este tipo de atividade. Tal prática também ocorre com os comércios que possuem as maquinetas e as agências vinculadas a CEF, como já foram relatadas nas instituições financeiras bancárias.

Quadro 7 - *Número de bancos de financiamento*

MUNICÍPIOS	QUANTIDADE
Assunção	1
Monteiro	7
Ouro Velho	1
Prata	1
São José dos Cordeiros	4
São Sebastião do Umbuzeiro	1
Serra Branca	4
Sumé	4
Taperoá	3
TOTAL	**26**

Fonte: Dados do autor

Em toda a região encontra-se 26 bancos que oferecem empréstimos para as pessoas físicas, nas quais 7 delas estão presentes no município de Monteiro, correspondendo a 27%. Enquanto as cidades de Assunção, Ouro Velho, Prata e São Sebastião do Umbuzeiro, apenas apresentam uma empresa de financiamento.

Nota-se que 8 das 17 cidades do Cariri Ocidental Paraibano, o que equivale a 47%, não possuem este tipo de instituição presente em suas cidades.

Como já explicado anteriormente, os serviços prestados pelas empresas de financiamento é a concessão de crédito para a população, porém estes créditos só estão disponíveis para as pessoas que são aposentadas, pensionistas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e servidores públicos, pelo fato do crédito ser de caráter consignado, sendo descontado o empréstimo diretamente na conta do devedor.

É importante ressaltar que estas empresas atuam com vários tipos de bancos de investimentos concedendo seus créditos, não se limitando apenas a uma instituição de financiamento. Muitas delas chegam a oferecer os créditos oriundos de todos os bancos já listados nesta pesquisa. Bem como, estas empresas oferecem outros tipos de serviços à população, como por exemplo: vendas de passagens aéreas, planos de assistência à saúde e pós-vida e financiamento de veículos.

De acordo com a pesquisa realizada, para se constituir um empreendimento desta natureza, é preciso apresentar aos bancos de financiamento o Cadastro Nacional de Pessoa

Jurídica (CNPJ), alvará de funcionamento, inscrição municipal, documentos pessoais do proprietário, relação e previsão de faturamento dos meses. Toda esta documentação deve ser entregue aos bancos que serão submetidos a análises, para depois efetivar a aprovação e a empresa prestar os serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa proporcionou condições de conhecer a atual conjuntura das instituições financeiras bancárias e não-bancárias da Microrregião do Cariri Ocidental da Paraíba, percebendo que os municípios da região e suas respectivas instituições apresentam suas peculiaridades e enfrentam dificuldades.

A base do desenvolvimento econômico está apoiada nos investimentos e na forma como são exercidos, por tanto, se faz necessário mecanismos eficientes que incentivem a formação da poupança, que se configura como a responsável pela viabilização, sendo portanto, um componente essencial do processo e tornando acessível a quem precisa investir.

Segundo a BM&FBOVESPA (2011), existem três maneiras principais de fazer chegar a quem investe o dinheiro de quem poupa: através do autofinanciamento, ou seja, os indivíduos ou empresas investem somente o que eles poupam; através do governo, direcionando recursos da sociedade para os investimentos que julgam mais adequados, na qual nem sempre os recursos são direcionados para as alternativas mais produtivas; e por fim através dos mercados financeiro e de capitais, qualificada como a forma mais eficiente de captar poupança e direcioná-la para as atividades mais produtivas.

Partindo do pressuposto que se faz necessário a interação entre os agentes superavitários e deficitários em uma economia, diagnosticou-se que os municípios da região que não possuem os bancos comerciais a sua disposição, trazem impactos para o desenvolvimento do Cariri Ocidental Paraibano, pois o agente econômico necessita de informações precisas para saber qual a melhor forma de investir, qual é o melhor investimento e se o investimento irá lhe trazer ganhos futuros.

As empresas presentes nos municípios, precisam de recursos para a ampliação de seu empreendimento, e quando tal proeza acontece, seu faturamento cresce, consequentemente o quadro de funcionário aumenta, com o objetivo de suprir as necessidade dos serviços, gerando assim mais emprego e renda para a cidade. Porém, na região a captação de recursos ocorre mediante os bancos comerciais presentes na cidade, principalmente através do Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal, por oferecerem as menores taxas de juros do mercado.

O impacto já é visível quando as cidades não possuem a presença dos bancos comerciais, obrigando os empresários a buscarem recursos em outras cidades, tornando o processo mais árduo, aumentando o custo para a aquisição do empréstimo ou financiamento, proveniente do

deslocamento até a praça financeira.

É importante relatar que, os pequenos empresários muitas vezes desistem do processo, por causa da burocracia que o procedimento é sujeito e até mesmo da demanda de recursos nos bancos, fazendo com que muitos dos processos atrasem, chegando a vencer as documentações das empresas, ocasionando a interrupção do fornecimento do crédito, derivado ao conglomerado de processos e de poucos empregados nas instituições.

Uma solução aparentemente viável para atender as empresas seria a instalação de novos bancos comerciais na região, com a finalidade de atender a demanda de serviços tanto das pessoas físicas, quanto das pessoas jurídicas. Entretanto, como já narrado no caso do Banco Bradesco que existia na cidade de Sumé, os bancos não arriscam a abertura de novas agências porque preveem a falência da mesma, uma vez que, ou as cidades não se enquadram em seus critérios ou o fluxo de clientes e serviços não seja alcançado, tornando-se uma solução inviável. É por esta razão que os bancos operam com os postos de atendimento, a fim de alcançar os seus clientes e atendê-los quando preciso.

Quanto ao fornecimento de crédito para as pessoas físicas, as mesmas têm dificuldades semelhantes as das empresas para obterem recursos, com o objetivo de investir em algo. Pois, mesmos as agências vinculadas às instituições financeiras possuindo a competência de emprestar dinheiro, muitas vezes faz-se necessário à condução do cidadão até o banco competente, decorrente da burocracia. Tornando-se desta maneira, um obstáculo para a sociedade conseguir crédito pessoal, impedindo até mesmo a circulação de mais capital no município.

Quanto às instituições financeiras de crédito, ao todo existem 26 estabelecimentos que oferecem crédito para a população da região em estudo, tornado-se até mais fácil à aquisição de empréstimos e financiamento em comparação com as outras instituições financeiras. Entretanto, os juros que estão inseridos na obtenção da dívida, pelos bancos cujas empresas se credenciam são maiores do que os créditos oferecidos pelo Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal.

Portanto, pode-se afirmar que a ausência de instituições financeiras principalmente bancária, capazes de oferecer recursos para as empresas e para a sociedade, como também aptos a orientar tais agentes econômicos, referentes aos investimentos, contribui para o atraso do crescimento e desenvolvimento econômico do Cariri Ocidental Paraibano. Todavia, é importante frisar que, o crescimento e desenvolvimento econômico da região não dependem somente desses agentes superavitários, mas também de incentivos do governo para com as cidades, buscando melhorar a educação, qualificar profissionalmente a população, e injetar

recursos às prefeituras com a finalidade de motivar a economia conforme as características da região.

Quanto ao mercado de capitais da região, se constatou que o mesmo não é solido, ou seja, não é de costume das empresas (micro e pequenas) abrirem seu capital com o intuito de fortalecer o seu capital próprio, no qual levariam as mesmas a se expandirem e a obterem melhores condições no mercado. Os bancos comerciais oferecem a seus clientes títulos e valores mobiliários de grandes empresas que objetivam a canalização dos recursos. Porém as pessoas físicas não possuindo conhecimento sobre o mercado de capitais não investem nos títulos disponíveis no mercado.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. *Mercado Financeiro*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BANCO BOM SUCESSO. *O Banco*. Disponível em: < http://www.bancobonsucesso.b.br/Institucional/5/O-Banco.aspx > Acesso em: 30 de Maio de 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relação de instituições em funcionamento no país*. Disponível em: < http://www.bc.gov.br/?RED-RELINST> Acesso em: 20 de Setembro de 2011.

BANCO DO NORDESTE S.A. *Histórico – Década de 1950*. Disponível em: < http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/O_Banco/Historico/gerados/hist_1950.asp>. Acesso em: 22 de Setembro de 2011.

BANCO DO NORDESTE S.A. *Histórico – A empresa*. Disponível em: < http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/O_Banco/Historico/gerados/hist_principal.asp>. Acesso em: 22 de Setembro de 2011.

BANCO BMG. *A História do BMG*. Disponível em: < http://www.bancobmg.com.br/novo_site_bmg/INDetalheInstitucional.aspx?id=3&menu=1&submenu=1> Acesso em: 30 de Maio de 2012.

BEUREN, Ilse Maria. (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BM&FBOVESPA. *O Mercado de Capitais: Sua importância para o Desenvolvimento e os Entraves com que se Defronta no Brasil*. Disponível em: < http://www.bmfbovespa.com.br/Pdf/relatorio2.pdf>. Acesso em: 06 de Outubro de 2011.

BNDES. *História*. Disponível em: < http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/historia.html>. Acesso em: 21 de Setembro de 2011.

BRASIL, Lei n 4.595, de 31 de dezembro de 1964. *Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm> Acesso em: 22 de Setembro de 2011.

BRITO, Osias Santana de. *Mercado Financeiro*. São Paulo: Saraiva, 2005.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *História.* Disponível em: < http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/O_Banco/Historico/gerados/hist_principal.asp>. Acesso em: 22 de Setembro de 2011.

FERREIRA, Ricardo J. *Capítulo 1 – Sistema Financeiro Nacional*. Disponível em:< http://www.editoraferreira.com.br/publique/media/01SFN.pdf>. Acesso em: 20 de Setembro de 2011.

GIL, Antonio Carlos, 1946 – Como elaborar projetos de pesquisa / Antonio Carlos Gil. – 4 ed. – 12.reimpr. – São Paulo : Atlas, 2009.

IBGE. *Estados*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pb >Acesso em: 20 de Setembro de 2011.

LAGIOIA, Umbelina Cravo Teixeira. *Fundamentos do Mercado de Capitais*. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Mariana de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica.* 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MELLAGI FILHO, Armando; ISHIKAWA, Sérgio. *Mercado financeiro e de capitais.* 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MERCANTIL DO BRASIL. *Sobre Nós*. Disponível em: < http://www.mercantildobrasil.com.br/hpg/institucional/sobre_o_mb/conheca_o_mb/conheca_o_mb.aspx > Acesso em: 30 de Maio de 2012.

PAGFÁCIL. *Quem Somos*. Disponível em: < http://www.pagfacil.com.br/quem-somos/ > Acesso em: 25 de Maio de 2012.

PINHEIRO, Lima Juliano. *Mercado de Capitais*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ROCCA, Carlos Antonio. *Soluções do mercado de capitais para o crescimento sustentado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

SICOOB. *O Sicoob*. Disponível em: <http://www.sicoob.com.br/site/conteudo/sistema_sicoob/ >. Acesso em: 25 de Maio de 2012.

TOLEDO FILHO, Jorge Ribeiro de. *Mercado de capitais brasileiro: uma introdução*. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

TRIBANCO. *Conheça o Tribanco*. Disponível em: < http://www2.tribanco.com.br/Pages/ConhecaTribanco/Conheca.aspx > Acesso em: 25 de Maio de 2012.

VASCONCELOS, Marcos Antônio Sandoval; GRAMAUD, Amaury Patrick ; TOLEDO JÚNIOR, Rudinei. *Economia Brasileira Contemporânea*. 7ªed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

WIKIPÉDIA. *Microrregião do Cariri Ocidental*. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregi%C3%A3o_do_Cariri_Ocidental> Acesso em: 20 de Setembro de 2011.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Questionário

SESSÃO I

01. Instituições Financeiras (Bancárias) presentes no município:

1 Banco do Brasil ( )

2 Caixa Econômica ( )

- Casas Lotéricas ( )
- Caixa Aqui ( )

3 Banco do Nordeste ( )

4 Banco do Bradesco ( )

5 Outros_____

02. Correspondentes bancários presentes no município:

1 Pague Fácil ( )

2 Multibank ( )

3 Outros _____

03. Bancos de financiamento presentes no município:

1 BMG ( )

2 Cruzeiro do Sul ( )

3 Bom Sucesso ( )

4 Outros _____

SESSÃO II

Na ausência de Bancos Comercias para onde flui o capital arrecadado das agências bancárias, circulado no mercado:

01. Para outras praças financeiras:

1 Monteiro ( )

2 Serra Branca ( )

3 Sumé ( )

4 Taperoá ( )

5 Outras _____

02. Meio utilizado para transportar o numerário:

1 Carro forte ( )

2 Carro próprio ( )

3 Malote postal ( )

4 Boleto ( )

5 Transporte alternativo ( )

03. Periodicidade do transporte:

1 Diariamente ( )

2 Duas vezes por semana ( )

3 Três vezes por semana ( )

4 Uma vez por mês ( )

5 Duas vezes por mês ( )

6 Quando atinge o limite estabelecido do banco ( )

04. Volume médio transacionado pelos correspondentes bancários diariamente:

1 Entre R$ 1.000,00 e R$ 5.000,00 ( )

2 Entre R$ 5.000,00 e R$ 10.000,00 ( )

3 Entre R$ 10.000,00 e R$ 15.000,00 ( )

4 Entre R$ 15.000,00 e 20.000,00 ( )

5 Acima de R$ 20.000,00 ( )

05. Do percentual transacionado quanto fica em caixa para movimentação no dia posterior:

1 Entre 0% e 25% ( )

2 Entre 25% e 50% ( )

3 Entre 50% e 75% ( )

4 Acima de 75% ( )

APÊNDICE B – Entrevista

Nome da instituição Financeira não bancária:

1. Procedimento adotado para abrir o empreendimento
2. Serviços prestados

Para ex-funcionários do Banco Bradesco de Sumé/ PB
Cargo/função:

1. Tempo de serviço (período)
2. Tempo de atuação do Bradesco no Município
3. Razão/motivo pelo qual a instituição bancária foi fechada na cidade
4. Situação dos funcionários (demitidos/transferidos)